

METODOLOGIA E REPRESENTAÇÃO DOS DADOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO DATALUTA. Raphael Vieira Menezes de Souza, Bernardo Mançano Fernandes – Matemática – Departamento de Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

A questão agrária brasileira tem como principais características a concentração do poder econômico e político, concretizado na concentração fundiária e do desenvolvimento das monoculturas do agronegócio. Contra essas desigualdades estão os movimentos socioterritoriais que lutam pela reforma agrária. A luta é desenvolvida principalmente através de ocupações de terra. A partir da pressão exercida por esses movimentos o governo cria assentamentos rurais. Frente a este cenário foi criado em 1998 o Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA). O principal objetivo no desenvolvimento deste banco de dados é sistematizar as informações referentes às ocupações de terra (luta pela terra) e aos assentamentos rurais (a conquista da terra). Este projeto é desenvolvido no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Unesp de Presidente Prudente. Nosso objetivo neste artigo é apresentar os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho com os dados de assentamentos rurais e também algumas formas de representação desses dados.

Os dados são trabalhados no DATALUTA ASSENTAMENTOS em diversas escalas e são agregados por município. Os dados sistematizados são provenientes do Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terra (ANOTER). Em escala nacional elaboramos o DATALUTA – BRASIL, na estadual o DATALUTA – SÃO PAULO e na microrregional o DATALUTA – PONTAL DO PARANAPANEMA. A partir de 2006, através de um convênio celebrado entre o NERA e o Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) da Universidade Federal de Uberlândia, criamos uma rede que possibilitará o levantamento e sistematização de dados na escala microrregional DATALUTA – TRIÂNGULO MINEIRO. Este convênio é o primeiro passo para o estabelecimento de uma REDE DATALUTA que possibilitará o trabalho com dados em outras escalas estaduais e microrregionais, podendo desta forma refinar o trabalho e análise dos dados, além de possibilitar a análise dos dados do DATALUTA por esta rede de pesquisadores.

Os dados dessas fontes foram trabalhados em planilhas do Excel, onde foram feitas as conferências e análises dos dados disponibilizados pelos diversos órgãos governamentais. As planilhas contêm dados de região, município, nome do assentamento, número de famílias, área, ano de criação e tipo do projeto de assentamento. Após sistematização e conferência dos dados eles foram disponibilizados no relatório DATALUTA. Neste relatório disponibilizamos todos os dados referentes às ocupações (1988-2005) e aos assentamentos (1969-2005).

Com os programas Excel e Word elaboramos tabelas, quadros e gráficos como tabelas de nº de assentamentos rurais, de classificação dos municípios com maior nº de assentamentos, municípios com maior nº de famílias, microrregião com maior nº de assentamentos (ver quadro 1), microrregião com o maior nº de famílias em assentamentos rurais, gráfico com nº de assentamento por ano (ver gráfico 1), com nº de assentamento por mês (ano de 2005), e com nº de famílias em assentamentos por ano e por mês (ano de 2005). Realizamos também o mapeamento dos dados (ver mapa 1) nas diversas escalas com os dados agregados por municípios. Utilizamos para isso o programa Philcarto. O mapeamento é importante para que possamos entender a distribuição territorial dos assentamentos e das famílias assentadas e a sua relação com outros elementos da questão agrária.

Tendo em vista atingir a meta de assentar 400.000 famílias, prevista no II Plano Nacional de Reforma Agrária, o Governo Lula utilizou algumas estratégias na elaboração e divulgação dos dados referentes aos assentamentos rurais nos últimos 36 meses. Ao trabalharmos com os dados fornecidos pelas fontes já citadas começamos a perceber que para atingir essas metas estavam sendo incluídos nas estatísticas do SIPRA dados de famílias assentadas com recursos do crédito fundiário e também famílias que tiveram regularização de suas posses. Outra prática que constatamos foi que ao assentar famílias em assentamentos já existentes, preenchendo assim vagas remanescentes, o governo lançou o assentamento novamente na lista de novos assentamentos. Contatamos também que houve o lançamento de assentamentos como novos em casos que não foram assentadas novas famílias, mas somente foi realizado algum tipo de regularização de famílias já residentes nos assentamentos.

O processo de assentar famílias em assentamentos já existentes conceituamos como *otimização de assentamentos*, pois ocorre o preenchimento das vagas remanescentes para que o assentamento cumpra sua função, o que consideramos uma prática positiva. Porém, quando os assentamentos já existentes são lançados como novos assentamentos criados, consideramos uma prática de manipulação dos dados. A esta prática denominamos *clonagem de assentamentos*. Eis um trecho do trabalho de Oliveira (2006) que exemplifica um processo de clonagem:

:

No município de Barra do Corda Estado do Maranhão, foram consideradas nas estatísticas de 2005, um total de 947 famílias no projeto integrado de colonização PIC Barra do Corda, pasmem, do ano de 1942 do governo de Getúlio Vargas. Entretanto, tudo indica tratar-se de reconhecimento das famílias já assentadas para fins de sua inserção nas políticas do governo, mas nunca, novos assentamentos do governo Lula (Oliveira, 2006, p.8).

Nos últimos três anos apenas 61.087 famílias (25% do total) foram assentadas em terras desapropriadas, ou seja, novos assentamentos. Com base neste tipo de subterfúgio em 2003, o governo Lula assentou 35.623 famílias, sendo que 8.521 (24%) em terras desapropriadas ou compradas e 27.102 (76%) em lotes de assentamentos já existentes. Em 2004, o governo Lula assentou 81.160 famílias, sendo 25.975 (32%) famílias em terras desapropriadas ou compradas e 55.185 (68%) em lotes de assentamentos já existentes. Em 2005, o governo Lula assentou 127.506 famílias, sendo 26.591 (21%) em terras desapropriadas ou compradas e 31.373 (24%) em lotes de assentamentos já existentes, 49.203 (39%) em assentamentos realizados em terras públicas e 19.979 (16%) em assentamentos já existentes em terras públicas.

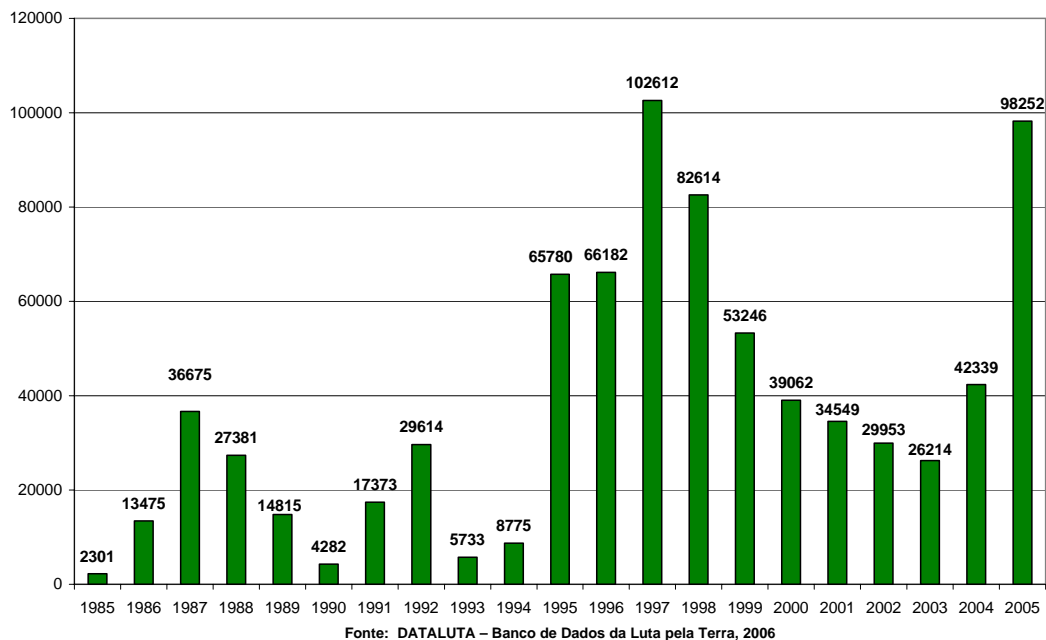
No quadro 01 classificamos as microrregiões brasileiras com maior nº de assentamentos, analisando onde se intensifica a luta pela terra. No gráfico 01, observamos o nº de famílias assentadas entre o período de 1985 a 2005. Nele podemos observar que até 1994 a quantidade máxima de famílias assentadas não ultrapassou 36.675. Já no ano 1995, primeiro ano do governo FHC, foram assentadas 65.780 famílias. A quantidade de famílias assentadas se manteve crescente até 1997. De 1998 até 2004 houve um processo de decréscimo das famílias, contudo sempre com número superior ao período anterior. Em 2004 este número cresce novamente, atingindo 98.252 famílias.

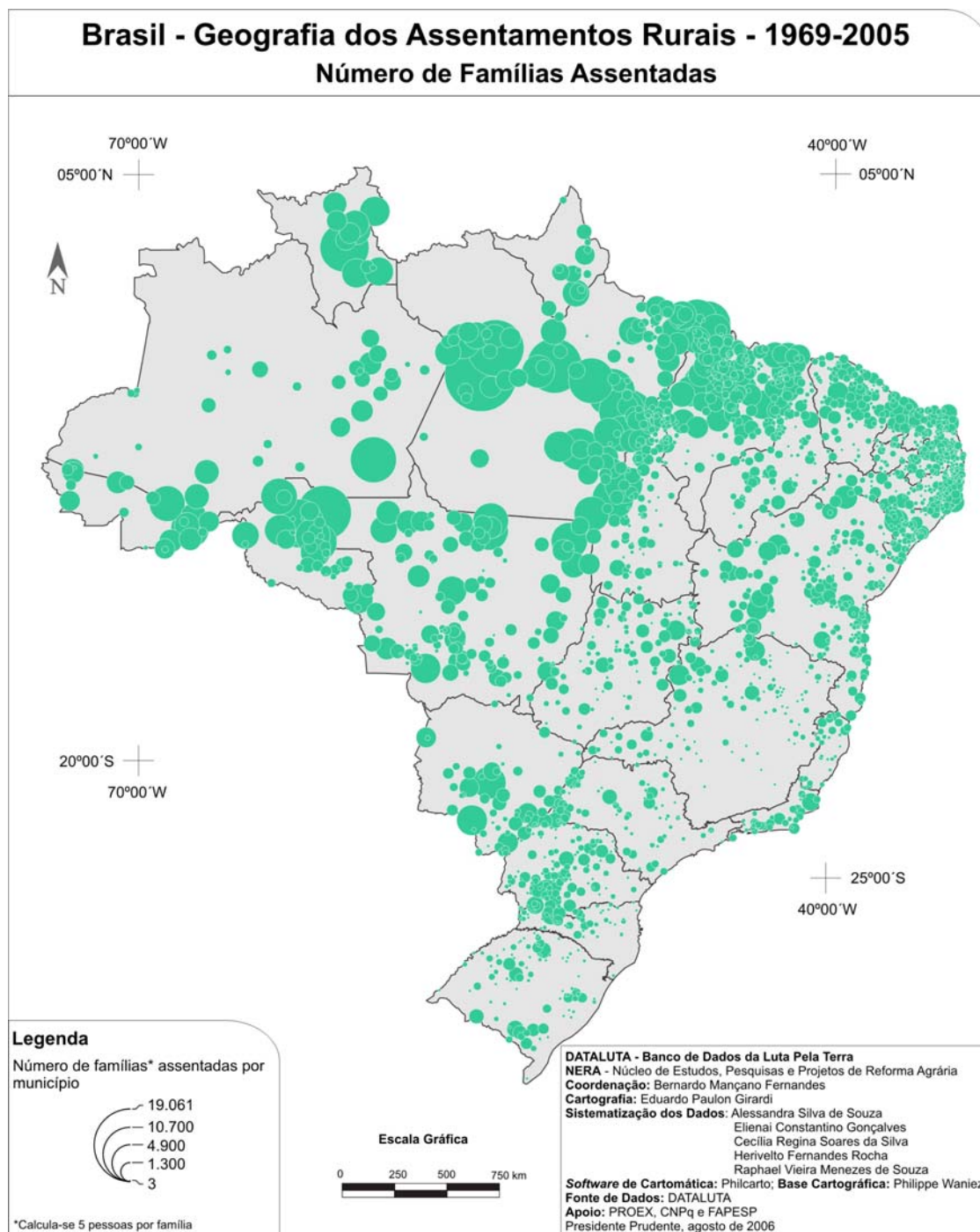
O mapa 01 representa o número de famílias assentadas desde 1969 até 2005 por municípios. Percebemos que o processo de assentamento de famílias não se dá homogeneamente pelo Brasil, concentrando-se em algumas regiões. De modo geral, as famílias assentadas concentram-se na região Norte. Há coincidência da região com maior número de famílias assentadas com a fronteira agropecuária brasileira, onde as terras são menos valorizadas e a infra-estrutura é deficitária.

Quadro 01 – Brasil – Microrregiões com maior nº de assentamentos 1969 - 2005

	Microrregião	UF	Nº Assentamentos	Nº Famílias
1º	Pindaré	MA	153	29.057
2º	Baixo Parnaíba Piauiense	PI	126	10.272
3º	Marabá	PA	106	14.394
	Presidente Prudente	SP	106	6.522
4º	Bico do Papagaio	TO	100	6.381
5º	Lençóis Maranhenses	MA	95	7.255
6º	Tucuruí	PA	94	19.182
7º	Baixada Maranhense	MA	91	9.320
8º	Ilhéus-Itabuna	BA	89	4.097
9º	Mata Meridional Pernambucana	PE	87	5.809
10º	Conceição do Araguaia	PA	80	17.417
11º	Redenção	PA	74	7.768
	Petrolina	PE	74	4.122
12º	Miracema do Tocantins	TO	70	5.516
13º	Guarapuava	PR	69	5.120
	Teresina	PI	69	3.137
14º	Gurupi	MA	68	18.240
15º	Colíder	MT	63	15.636
16º	Norte Araguaia	MT	62	14.961
	Araguaína	TO	62	4.934

GRÁFICO 01 - BRASIL - FAMÍLIAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS POR ANO - 1985 - 2005





Mapa 01 – Brasil – Nº de famílias assentadas - 1985 – 2005

Concluimos assim que com o aprimoramento metodológico conseguimos uma maior compreensão da realidade sobre a conquista da terra, e conseguimos assim uma análise mais complexa dos dados. A utilização de gráficos e mapas amplia as possibilidades de análise geográfica, enfatizando a análise temporal e espacial.

Bolsa: Proex

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, A. U. A não reforma agrária. São Paulo:Contexto, 2006.